

respeito do excesso arguido e até mesmo sem homologá-lo, o Dr. Juiz pôs fim, sem qualquer decisão, ao processo de execução, o que, indubitavelmente, dá ensejo ao recurso previsto no artigo 846 do Código de Processo Civil.

VIII — Isto pôsto, impõe-se que o Egrégio Tribunal, caso não acolha a preliminar acima suscitada, dê provimento ao presente Agravo de Instrumento, para ordenar a subida

do recurso não admitido ou, se o preferir, para de logo conhecer do mesmo, e determinar ao Ilustre Juiz a quo que decida, como for de direito, sobre o excelso focalizado, somente depois fazendo expedir o competente precatório, o que, até agora — repetimos — não aconteceu.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1958. — *Alceu Octacilio Barbedo*, Subprocurador Geral da República.

N.º 26.256 — MANDADO DE SEGURANÇA N.º 15.380
Impropriedade do pedido na segurança.
 Requerente: Oscar Rodrigues Fontes.
 Requerido: Ministro da Viação e Obras Públicas.

Relator: Exmo. Sr. Ministro Cunha Vasconcelos substituído pelo Exmo. Sr. Ministro José de Aguiar Dias.
 I — O Mandado visa claramente (fls. 2, item V) a compelir o Sr. Mi-

nistro da Viação a aposentar o impetrante.
 A impropriedade do pedido é, portanto, manifesta, porquanto não assiste à Autoridade impetrada, competência para praticar o ato despedido.
 II — Assim se conhecido, o Mandado deve ser denegado, inclusive no aspecto de mérito, nos termos do pronunciamento transcrito a fls. 15.
 Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1958. — *Alceu Octacilio Barbedo*, Subprocurador Geral da República.

PORTARIA N.º 22 DE 11 DE MARÇO DE 1959

O Doutor Procurador Geral da Justiça Militar, usando das atribuições que lhe confere o art. 15 da Lei 1.341, de 30 de janeiro de 1951, resolve conceder ao doutor Gilberto Torres, procurador da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar, trinta dias de licença para tratamento de saúde, nos

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA N.º 23 DE 11 DE MARÇO DE 1959

O Doutor Procurador Geral da Justiça Militar, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei 1.341, de 30 de janeiro de 1951, resolve convocar o doutor Rubens Pinheiro de

têrmos do artigo 93 da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir do dia 12 do corrente e a terminar no dia 10 de abril próximo vindouro, tudo do ano em curso, de acordo com o atestado médico apresentado pelo mesmo. — *Fernando Moreira Guimarães*, Procurador Geral em exercício.

Barros, 1º substituto de promotor da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar, para substituir o titular efetivo, dr. Gilyberto Torres, no período de 12 do corrente a 10 de abril próximo vindouro, tudo do corrente ano, por motivo de licença para tratamento de saúde. — *Fernando Moreira Guimarães*, Procurador Geral em exercício.

Secretaria

Despachos do Diretor Geral

“No processo TST-2.198-53, em que o Oficial Judiciário, classe “M”, Nazilde Palhano de Jesus Diniz, requer licença, para tratamento de saúde, foi exarado o seguinte despacho: — “Concedo ao Oficial Judiciário, classe “M”, Nazilde Palhano de Jesus Diniz, noventa dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, a partir de 1º de fevereiro último, nos termos dos arts. 92-99 do E. F., combinados com a alínea “h” do art. 170 do Regulamento Interno deste Tribunal. Em 6 de mar-

ço de 1959. (a) Kutuko Nunes Galvão, Diretor Geral da STST”.
 “No processo TST-799-59, em que o Servente, padrão “L”, Orlando da Silva Marques, requer elevação de gratificação adicional sobre seus vencimentos, foi exarado o seguinte despacho: Tendo em vista o tempo de serviço apurado (15 anos), concedo ao Servente, padrão “L”, Orlando da Silva Marques, a elevação de 10% (dez por cento), sobre os seus vencimentos e autorizo o pagamento de Cr\$ 5.200,00, a partir de 24 de feve-

reiro último, nos termos do art. 5.º da Lei nº 2.336-A, de 19 de novembro de 1954, combinado com a Resolução nº 134, da Câmara dos Deputados, publicada no Diário do Congresso de 16 de outubro de 1958. Em 6 de março de 1959. (as.) Kutuko Nunes Galvão, Diretor Geral da S. T. S. T.”
 “No processo TST-921-59, em que o Oficial Judiciário, classe “M”, Ilka Lins Ribeiro Sanches, requer licença, para tratar de interesses particulares, foi exarado o seguinte des-

pacho: “Concedo ao Oficial Judiciário, classe “M”, Ilka Lins Ribeiro Sanches, dois anos de licença, para tratar de interesses particulares, a partir de 21 de fevereiro último, de acordo com o art. 110 do E. F., combinado com a alínea “h” do art. 170 do Regulamento Interno deste Tribunal. Em 6 de março de 1959. (a) Kutuko Nunes Galvão, Diretor Geral da STST”.
 “Nos termos do art. 123 do Estatuto (abono de faltas) Oficial Judiciário, classe “M”, José Abozlo de Rezende Barbosa — dias 19, 20 e 21 de janeiro p. findo: Oficial Judiciário, símbolo PJ-8 — Zalde Caldas Gonçalves Pinto — dias 2, 3 e 4 de fevereiro p. passado.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

CLASSIFICAÇÃO GERAL POR ANTIGUIDADE, DOS TAQUÍGRAFOS, OFICIAIS-JUDICIÁRIOS E CONTÍNUOS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, ORGANIZADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1959, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.711, DE 28 DE OUTUBRO DE 1952, E NA CONFORMIDADE DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, PROFERIDA EM SESSÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 1958.

N.º de ordem	Matrícula	N O M E S	Dias na Classe	Dias no S. P. F.	Dias no S. P.	Prole	Idade
1	1.191.655	TAQUIGRAFO, PJ-6 Pilar Seigneur	113	9.183	—	—	—
2	1.191.675	Maria José de Souza Távora	113	8.072	—	—	—
1	1.233.383	TAQUIGRAFO, PJ-7 Ofélia de Carvalho e Silva	113	7.792	—	—	—
2	1.698.082	Helena Figueiredo Bessa	113	5.474	—	—	—
3	1.195.593	Cibele de Vasconcelos Garcia	113	4.870	—	—	—
1	1.771.507	TAQUIGRAFO, PJ-8 Anésia Nogueira Serra	113	5.342	—	—	—
2	1.194.201	Dora Merker	113	5.208	—	—	—
3	1.196.271	Murilo Borges de Aquino	113	4.176	—	—	—
4	1.771.508	Sylvia Nunes Alvarim	113	3.738	—	—	—
5	1.771.510	Fernando Couto de Oliveira	113	3.722	—	—	—
1	1.190.221	OFICIAL JUDICIARIO, PJ-6 José Pires Louzada	113	12.267	—	—	—
2	1.190.223	Luiz Valandro Sobrinho	113	10.111	—	—	—
3	1.190.210	Thomas dos Santos Cunha	66	—	—	—	—
1	1.190.295	OFICIAL JUDICIARIO, PJ-7 Georgina Gilda Sarmanho	113	11.202	—	—	—
3	1.190.224	Adalgisa de Abreu Soares	113	10.168	—	—	—
3	1.190.374	Celira da Silva Pereira	113	9.865	—	—	—
1	1.190.340	Stella Selano Galvão	113	8.637	—	—	—
5	1.191.171	João Zochbi	113	6.417	—	—	—
1	1.196.436	OFICIAL JUDICIARIO, PJ-8 Barbara da Conceição	113	13.601	—	—	—
2	1.190.409	Livia Gomes de Almeida	113	9.921	—	—	—
3	1.190.558	Eno Beatriz de Berrêdo Guimarães	113	9.762	—	—	—
4	1.190.438	Carlos de Macedo Costa	113	9.252	—	—	—
5	1.191.664	Zalde Caldas Gonçalves Pinto	113	7.957	—	—	—
6	1.190.370	Carlos Nascimento	113	6.719	—	—	—
7	1.190.910	Edgard da Silva Wilken	113	6.431	—	—	—
1	1.191.635	OFICIAL JUDICIARIO, CLASSE “O” Tina Vitta	113	9.310	—	—	—
2	1.190.486	Salvador Jourdan Barroso Ruiz	113	9.307	—	—	—
3	1.190.996	Maria Conceição Avres Restos	113	8.590	—	—	—
4	1.190.977	José Rodrigues Batalha de Matos	113	6.925	—	—	—
5	1.190.940	José Barbosa de Mello Santos	113	6.425	—	—	—
6	1.190.995	Alberto Teixeira	113	6.419	—	—	—
7	1.193.187	Aldo Teixeira da Silva	113	5.906	—	—	—
8	1.105.381	Maria de Lourdes Grande Netto	113	5.245	—	—	—
9	1.190.639	Sylvia de Freitas Dias da Cruz	113	—	—	—	—

N.º de ordem	Matricula	N O M E S	Dias na Classe	Dias no S. P. F.	Dias no S. P.	Prole	Idade
OFICIAL JUDICIARIO, CLASSE "N"							
1	1.190.424	Maria José de Azevedo Bastos	113	9.116	—	—	—
2	1.190.546	José Corrêa da Costa	113	8.733	—	—	—
3	1.191.704	Zaira Motta	113	7.542	—	—	—
4	1.191.708	Anália Castilho Ribeiro do Val	113	7.509	—	—	—
5	1.190.904	Almi: Castello Branco	113	6.378	—	—	—
6	1.193.198	Antônio Menandro	113	5.905	—	—	—
7	1.193.336	Elvira Moreira Ferraz	113	5.767	—	—	—
8	1.188.218	Maria Isabel Assunção de Mello	113	5.272	—	—	—
9	1.194.231	Jarner Lúcia Nassimian	113	5.257	—	—	—
10	1.911.112	Antônio Augusto Lucas Ilha	113	3.650	—	—	—
11	1.771.517	Sergio Fernando de Andrade Ramos	113	2.733	—	—	—
OFICIAL JUDICIARIO, CLASSE "M"							
1	1.191.673	Percilio Januário Espo	113	12.831	—	—	—
2	1.191.627	Eunice Martins da Conceição	113	7.894	—	—	—
3	1.191.693	Altair Rocha	113	7.417	—	—	—
4	1.191.699	Edith Maria Carvalho Pimenta Veloso	113	7.252	—	—	—
5	1.193.195	Esther Ferreira Maranhães	113	5.892	—	—	—
6	1.193.517	Elza Gonçalves Stávale	113	5.642	—	—	—
7	1.193.713	Jales Jola Alves	113	5.184	—	—	—
8	1.195.642	Rubens Salles	113	4.689	—	—	—
9	1.195.979	Neuza de Mello Gonçalves	113	4.439	—	—	—
10	1.771.526	Celso Antônio Ferreira Alves	113	2.438	—	—	—
11	1.846.854	Nasyra Soares de Freitas	113	2.391	—	—	—
12	1.771.528	Maria Carlota Cunha de Freitas	113	2.142	—	—	—
13	1.771.522	José Aloysio de Rezende Barbosa	113	1.486	—	—	—
14	1.771.531	Hena Gonçalves	113	1.436	—	—	—
15	1.475.117	Nazilde Palhanc de Jesus Diniz	0	6.129	—	—	—
16	1.701.272	Ika Iins Ribeiro Fanches	0	3.395	—	—	—
OFICIAL JUDICIARIO CLASSE "L"							
1	1.193.288	Maria de Lourdes Moreira Pinheiro	5.714	—	—	—	—
2	1.193.279	Ilidia Mattar	5.624	—	—	—	—
3	1.193.486	Iucilla Duarte	5.605	—	—	—	—
4	1.192.274	Maria Helena Monteiro Bernardes	5.247	—	—	—	—
5	1.193.804	Juracy Garnier da Silva Mello	5.205	—	—	—	—
6	1.194.589	Maria Mirtes Nogueira de Freitas	5.172	—	—	—	—
7	1.195.479	Maria Elisa Gomes	4.955	—	—	—	—
8	1.231.552	Maria Aparecida de Brito	4.860	—	—	—	—
9	1.161.845	Elza Rocha Pereira das Neves	4.747	—	—	—	—
10	1.194.923	João Francisco da Silva Filho	4.531	—	—	—	—
11	1.639.081	Carmila Lobato	4.106	—	—	—	—
12	1.191.722	Miguel Ney Torres Ayres	3.744	7.559	—	—	—
13	1.191.753	José Alves de Oliveira	3.744	6.454	—	—	—
14	1.193.754	Dora Castelo Branco	3.744	5.540	—	—	—
15	1.194.290	Inês Russomano	3.744	5.180	—	—	—
16	1.194.493	Simiana Marinho Riltano	3.744	5.115	—	—	—
17	1.259.645	Verginy Ananias	3.744	5.091	—	—	—
18	1.771.506	Luiz Vieira da Costa	3.738	3.738	—	—	67 anos
19	1.771.509	Regina Coeli Faria de Freitas	3.738	3.738	—	—	28 anos
20	1.230.447	Maria de Araújo Ribeiro da Fonseca	3.736	—	—	—	—
21	1.116.690	Saturnino dos Santos Ribeiro	3.696	—	—	—	—
22	1.771.513	José Nascimento Sobrinho	3.691	—	—	—	—
23	1.707.788	Dalton Luiz Pereira	3.675	—	—	—	—
24	1.193.905	Celina Menandro da Silva	3.674	—	—	—	—
25	1.194.550	Nircida Neyde da Silva Focha	3.665	—	—	—	—
26	1.195.917	Deolinda Ferreira de Mattos	3.661	—	—	—	—
27	1.191.752	Maria José de Andrade Pinto	3.646	—	—	—	—
28	1.195.627	Elisabeth Cândida de Freitas	3.629	—	—	—	—
29	1.193.520	Maria Helena Gomes da Silva	3.553	—	—	—	—
30	1.195.685	Coralina Barroso de Sousa	3.530	—	—	—	—
31	1.191.577	Cleonice da Cunha Soares	3.517	—	—	—	—
32	1.195.912	Rosa de Abreu Meial	3.454	—	—	—	—
33	1.771.516	Marilyda Piraribo de Almeida	3.181	—	—	—	—
34	1.195.978	Tenacia Braga Blauth	2.620	—	—	—	—
35	1.771.525	Edla Vieira Teixeira	2.406	—	—	—	—
36	1.194.195	Arlinda Birbière de Cruz	2.268	—	—	—	—
37	1.771.518	Mabel Lamounier Prata Zochbi	2.166	—	—	—	—
38	1.195.918	Leda Salgado de Castro Figueiredo	1.706	—	—	—	—
39	1.771.529	Henrioue Enéas Galvão	1.024	—	—	—	—
40	1.878.974	Iolanda Martins Guimarães	920	1.477	—	—	—
41	1.771.537	Carlos Alberto Selano Bacellar	920	920	—	—	—
42	1.771.534	Iva Caldeira	920	920	—	—	42 anos
43	1.771.536	Francisc de Menezes Dias da Cruz	920	920	—	—	28 anos
44	1.771.539	Eeatriz da Silva Barata	883	—	—	—	—
45	1.771.538	Sérgio Renato de Almeida Marques	866	—	—	—	—
46	1.771.511	Maria de Lourdes Pinaud Lobato da Costa	805	—	—	—	—
47	1.771.535	Josquim Ignácio de Andrade Moreira	770	—	—	—	—
48	1.771.543	Stella de Carvalho Lisboa	475	—	—	—	—
CONTINUO. CLASSE "M"							
1	1.190.685	Antônio Pereira Lima	7.873	—	—	—	—
2	1.190.784	Clementino Luiz da Silva	7.634	—	—	—	—
3	1.191.726	Armando José da Costa	3.744	—	—	—	—
4	1.193.890	Nelson da Silva Santos	3.211	—	—	—	—
CONTINUO. CLASSE "L"							
1	1.195.410	Osvaldo de Souza Dias	3.737	—	—	—	—
2	1.771.515	Alberto Gomes de Costa	3.688	—	—	—	—
3	1.771.522	Nelson Jacintho Fernandes	3.517	—	—	—	—
4	1.771.505	José de Mattos Garcia	2.683	—	—	—	—
5	1.771.540	Waldemar Ferreira Pontes	819	—	—	—	—

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS PROCURADORES DE 1.ª CATEGORIA — ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1958

Número de Ordem — Nomes	Dias na Classe	Dias no Serviço P. Federal	Dias no Serviço Público	Exercício na Classe	Observações
1. Dorval Marcenal de Lacerda	6.574	11.473	—	1- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 4 de agosto de 1927.
2. Agripino Nazareth	6.574	10.227	—	1- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de janeiro de 1931.
3. Geraldo Augusto de Faria Baptista	6.574	10.174	—	1- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 23 de fevereiro de 1931.
4. Natércia Silveira Pinto da Rocha	6.574	9.837	—	1- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 26 de janeiro de 1932.
5. Antônio Baptista Bittencourt	6.555	11.930	13.686	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de abril de 1911 — Conta 4 anos, 9 meses e 26 dias de Serviço Municipal.
6. Luiz Augusto de Rêgo Monteiro	6.555	10.270	—	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 19 de novembro de 1930.
7. Danilo Pio Borges de Castro	6.555	8.670	—	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 7 de abril de 1935.
8. Humberto Grande	6.555	8.035	9.340	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 16 de janeiro de 1933. — Conta 1.305 dias de serviço estadual. (MTIC — 169.462-58).
9. Waldo Carneiro Leão de Vasconcelos	6.555	8.030	—	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de junho de 1932.
10. Aldo Prado	6.555	6.555	8.380	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 20 de janeiro de 1941. — Conta 3 anos de Serviço Estadual e 2 anos de exercício no Conselho da Ordem dos Advogados.
11. Atilio Vicacqua	6.555	6.555	—	20- 1-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 20 de janeiro de 1941.
12. José Augusto Seabra	6.509	12.022	12.256	7- 3-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de fevereiro de 1926. — Conta 234 dias no Serviço Municipal.
13. Gilberto Chrockatt de Sá	6.499	6.499	—	17- 3-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 17 de março de 1941.
14. Arnaldo Lopes Sussekind	6.478	7.639	—	7- 4-41	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 2 de outubro de 1937. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página número 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
15. João Carlos de Castro Nunes	5.984	5.984	—	14- 8-42	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 14 de agosto de 1942. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953 — página número 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
16. Brígido Fernandes Tinoco	5.442	6.510	—	7- 2-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 6 de março de 1941.
17. Augusto Cesar Linhares da Fonseca	5.406	9.848	—	14- 3-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de janeiro de 1932 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953 — página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
18. Gilberto Sobral Barcelos	5.403	9.420	12.581	17- 3-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 21 de janeiro de 1913. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953 — página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe. — Conta 2.300 dias de Serviço Municipal e 781 dias de Serviço Estadual.
19. Allyrio de Salles Coelho	5.326	13.096	—	2- 6-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 23 de fevereiro de 1923. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.

Número de Ordem — Nomes	Dias na Classe	Dias no Serviço P. Federal	Dias no Serviço Público	Exercício na Classe	Observações
20. João Antero de Carvalho	4.768	7.562	—	12-12-45	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 19 de abril de 1938 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
21. Antônio Bento de Araújo Lima	4.720	9.913	—	20- 1-46	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 29 de janeiro de 1932. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
22. Francisco Xavier Cardoso	4.651	4.651	7.500	8- 4-46	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 3 de abril de 1946. — Conta 1202 dias de Serviço Estadual e 1.707 dias de Serviço Municipal. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página número 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
23. Otávio de Araújo de Aragão Bulcão	4.549	7.754	9.653	10- 4-46	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 20 de março de 1937. — Conta 781 dias de Serviço Municipal e 1.118 dias de Serviço Estadual. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página número 20.142, mandando contar tempo de interino na Classe.
24. Lopo de Carvalho Coelho	3.020	9.606	—	29- 9-50	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 13 de setembro de 1932.
25. Clovis Maranhão	1.736	6.494	—	31- 3-54	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 21 de março de 1941.
26. Sabino Brasileiro Fleury	604	10.965	—	7- 5-57	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de julho de 1928. — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo M. T. I. C. — 195.549-53 — D. O. de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
27. Evaristo de Moraes Filho	604	9.018	—	7- 5-57	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 24 de abril de 1934.

NOTA: — As reclamações contra esta Lista, podem ser apresentadas na conformidade do artigo 8.º, Parágrafo único da Lei número 1.341, de 30 de janeiro de 1951. — João Antero de Carvalho, Procurador Geral. — José Fernando Theophilo, Chefe da S. A.

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS PROCURADORES DE 2ª CATEGORIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1958

Número de Ordem — Nomes	Dias na Classe	Dias no Serviço P. Federal	Dias no Serviço Público	Exercício na Classe	Observações
1. Luiz Pinho Pedreira da Silva	6.166	7.285	—	24- 1-42	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 24 de maio de 1939 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
2. José Artur da Frota Moreira	5.428	7.508	—	15- 2-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 6 de maio de 1938.
3. Rui do Rego Barros	5.112	5.371	—	10- 3-44	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 10 de março de 1944 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
4. Ubirajara Indio do Ceará	4.952	6.557	—	10- 2-45	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 18 de janeiro de 1941.
5. Benjamin Eurico Cruz	4.761	6.516	—	18-10-45	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 28 de fevereiro de 1941 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.
6. Alagar Bragança Rodrigues Barata	4.598	4.598	7.090	1- 6-46	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de junho de 1946 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe.

Número de Ordem — Nomes	Dias na Classe	Dias no Serviço P. Federal	Dias no Serviço Público	Exercício na Classe	Observações
7. Jorge do Rego Monteiro Faveret	3.011	6.100	—	31-10-49	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 13 de março de 1940 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O. de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe (120 dias).
8. Elmar Wilson de Aguiar Campos	2.951	9.298	—	20-7-50	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de agosto de 1933 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe (60 dias).
9. Luiz Roberto de Rezende Puech	2.937	5.686	—	16-11-50	Conforme despacho exarado no MTIC-117.333-57, D.J., de 20 de abril de 1957, mandando contar 46 dias na classe e 1.203 dias no Serviço Público Federal dos quais 1.157 como Vogal do C.R.T. da 2ª Região. Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de setembro de 1946.
10. Jarbas de Arruda Peixoto	2.891	7.462	—	1-2-51	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de abril de 1938.
11. Reginaldo Mauger Allen	2.891	6.754	—	1-2-51	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 5 de julho de 1949.
12. Marco Aurelio Flores da Cunha	2.891	4.689	—	1-2-51	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 1 de março de 1945.
13. Celso Mendes Peres Carpintero	1.850	4.453	—	8-12-53	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de agosto de 1946.
14. João Ramos de Vasconcelos Cesar	1.752	1.752	—	15-3-54	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 15 de março de 1954.
15. Claribalte de Vasconcelos Galvão	1.479	4.821	12.319	17-12-54	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 17 de dezembro de 1941 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe. Conta 7.421 dias de Serviço Estadual — Favorecido pelo despacho proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho no processo MTIC-194.321-53, que autorizou, por equidade, a equiparação a Procurador de 2ª Categoria.
16. Carlos Mendes Pimentel	567	4.174	—	13-6-57	Primeiro exercício no Serviço Público Federal em 4 de fevereiro de 1946 — Beneficiado pelo despacho Ministerial exarado no processo MTIC-195.549-53-D.O., de 24 de novembro de 1953, página 20.142, mandando contar tempo de interino na classe. Favorecido pelo despacho proferido pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho no processo MTIC-156.121, de 1957, que autorizou, por equidade, a equiparação a Procurador de 2ª Categoria, a partir de 12 de junho de 1957.

NOTA — As reclamações contra esta lista poderão ser apresentadas na conformidade do artigo 8º, parágrafo único da Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951. — José Fernando Theophilo, Chefe da S. A. — João Antero de Carvalho, Procurador-Geral.

Expediente da Secretaria em 11 de março de 1959

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Despachos do Desembargador Presidente

Apelações Cíveis:

Nº 42.214 — Recorrente: Mário Rodrigues de Souza e outros.
Recorrido: Prefeitura do Distrito Federal.

"Vistos, etc. — Homologo a desistência que deste recurso extraordinário fazem, às fls. 183, Levy Miranda Neves e José Corrêa de Oliveira, para que desta desistência produza seus jurídicos efeitos, tendo outrossim por ratificada pelos documentos de fls. mais desistentes às fls. 178 e que foi 194-185 aquela manifestada pelos dehomologada pela decisão anteriormente proferida às fls. 182. Custas ex-lege.

Distrito Federal, 4 de março de 1959
(a) Dr. Homero Pinho"

Nº 40.315 — Recorrente: Anna Moraes.

Recorrido: Edgard Borges e outros.
"Defiro o pedido de fls. 318, procedendo-se contudo a necessária habilitação de herdeiros.

Rio, 6-3-59 (a) Dr. Homero Pinho.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Recursos extraordinários Indeferidos

Apelações Cíveis:

41 — Recorrente: João Batista dos Santos.

Recorrido: Nilton Cordeiro.

"Indefiro o recurso extraordinário manifestado às fls. 72 contra o acórdão de fls. 68 e sob a invocação da letra a, III do art. 101, da Constituição Federal porque o Recorrente não indicou qualquer disposição de lei federal, ou letra de tratado, que tenha sido vulnerado pelo aludido acórdão que, aliás decidiu mera questão rotineira de execução cambial.
Rio, 4-3-59 (a) Dr. Homero Pinho"

Nº 218 — Recorrente: Cia. Urbanizadora São Bento da Lagoa.

Recorrido: Bernardino Nogueira.

"O acórdão contra o qual é manifestado o presente recurso extraordinário, reconheceu, apenas, a um aumento de sociedade anônima que aumentara seu capital, o direito à subscrição das novas ações, considerando que dele não havia decaído o prazo da convocação fora de 30 dias, — por isso que estava já considerado

certo pelo despacho do Juiz na inicial da consideração, nos termos do Decreto Lei nº 6.790 de 15 de agosto de 1944. Não houve, pois, ofensa à lei, tampouco à jurisprudência porque, quanto à esta a indicação da recorrente não tem pertinência com o caso. Indefiro, pois, o recurso extraordinário de fls. 111-116. Rio 7 de março de 1959. — (a) Dr. Homero Pinho".

Nº 158 — Recorrente: Iock Moszek Brandomeser.

Recorrido: Antônio Carneiro da Gama Malcher.

"Indefiro o recurso extraordinário manifestado às fls. 62-63. O acórdão o qual é oposto, fls. 60, decidiu mera questão rotineira de retomada em despejo, em favor do proprietário do imóvel que comprovou preencher os pressupostos legais habilitantes ao exercício daquele direito. Rio, 11 de março de 1959. — (a) Dr. Homero Pinho".

Nº 628 — Recorrente: Joaquim Vicente Gomes.

Recorrido: Comercial Imobiliária Riominas S. A. e outro.

"O art. 1.088 do Código Civil só se aplica aos casos em que antes da assinatura do contrato um dos contratantes se haja arrependido do negócio. Aqui o acórdão não decidiu sobre tal hipótese, mas a de um arrependimento manifestado em contrato de promessa de compra e venda cuja compulsoriedade se veio pleitear. Do mesmo modo se não conflitou com a decisão em referência aos acórdãos chamados ao confronto pelo recorrente. Assim, pois, indefiro o recurso. — Rio, 11-3-59. — Dr. Homero Pinho".

Nº 647 — Recorrente: Adolf Werner Kautz.

Recorrido: José Ferreira Barroc.

"Indefiro o recurso extraordinário manifestado às fls. 76-78 contra o acórdão de fls. 73-74 sob a invocação das letras a e d, III, do art. 101, da Constituição Federal porque dito acórdão ao decidir que funcionário municipal que compra imóvel sob financiamento do Montepio dos Empregados Municipais terá direito de retomá-lo para seu uso com as prerrogativas do art. 4º da Lei 2.699 de 28-12-55, não vulnerou princípio algum de lei, mas ao contrário, da lei fez boa aplicação. Além disso as questões levantadas pelo Recorrente são